Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça

CLIPPING IMPRESSO

26/11/2013

comunicação
& informação

INDICE

1. JORNAL A TARDE
   1.1. COMARCAS..... 1
   1.2. DESEMBARGADORES..... 2
   1.3. SEMANA DA CONCILIAÇÃO..... 3
2. JORNAL AQUI
   2.1. DECISÕES..... 4
3. JORNAL ATOS E FATOS
   3.1. PUBLICIDADE LEGAL..... 5
4. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS
   4.1. VARA DA MULHER..... 6
5. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO
   5.1. DECISÕES..... 7 - 9
   5.2. POSSE..... 10
   5.3. VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE..... 11
   5.4. VARA DA MULHER..... 12
6. JORNAL O DEBATE
   6.1. DECISÕES..... 13
7. JORNAL O IMPARCIAL
   7.1. SEM ASSUNTO..... 14
   7.2. VARA DA MULHER..... 15
8. JORNAL O QUARTO PODER
   8.1. COMARCAS..... 16
9. JORNAL PEQUENO
   9.1. COMARCAS..... 17
   9.2. PUBLICIDADE LEGAL..... 18
   9.3. SEMANA DA CONCILIAÇÃO..... 19

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Clipping realizado pela comunicação & informação

DPE discute proposta orçamentária para 2014 na AL

O defensor geral do Estado, Aldy Mello Filho, a subdefensora geral, Mariana Albano de Almeida, e a corregedora geral da DPE/MA, Fabíola Almeida Barros, participaram de reunião da Comissão de Orçamento e Finanças, Fiscalização e Controle da Assembleia Legislativa do Maranhão, ocorrida na última semana, na sala das comissões, voltada para discutir a proposta orçamentária do Estado para o exercício de 2014. Também participaram da reunião representantes do Ministério Público Estadual e líderes do Sindicato dos Trabalhadores da Educação.

O defensor geral do Estado, Aldy Mello de Araújo Filho, reivindicou mais recursos para a Defensoria em 2014, considerando a necessidade de aumentar o número de defensores públicos no estado e municípios atendidos pela instituição. "Apesar dos avanços nos últimos três anos, o Maranhão é ainda um dos seis estados com o menor número de comarcas atendidas pela Defensoria Pública. Proporcionalmente, o nosso quadro de profissionais é três vezes menor do que o do Ministério Público e o do Poder Judiciário. Temos 52 aprovados no concurso público realizado em 2011 à espera de nomeação. Precisamos de recursos para nomear mais defensores e para pagar as despesas de manutenção e estruturação de novas unidades da Defensoria", destacou.

Já o promotor de Justiça Luís Gonzaga, que representou o Ministério Público estadual (MPE), reivindicou mais investimentos estruturais e apresentou um projeto-base para construção e reforma das sedes do MP. Segundo ele, muitas promotorias estão sem condições adequadas de funcionamento.

O deputado Alexandre Almeida, presidente da comissão e autor do convite aos representantes dos órgãos do sistema de Justiça para discutir o orçamento dos órgãos para 2014, solicitou que as reivindicações fossem formuladas formalmente para que a comissão possa discutir o assunto e apresentar uma resposta. "Vamos intermediar um diálogo com o Poder Executivo para que as demandas da Defensoria e do Ministério Público possam ser atendidas", afirmou, destacando a decisão do governo estadual de aumentar os orçamentos da Educação em R$ 70 milhões e da Segurança Pública em R$ 30 milhões.

Também participaram das discussões as deputadas Eliziane Gama (PPS) e Francisca Primo (PT).

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

EQUIPE FEMININA

SAUDAÇÕES a Juíza Oriana Gomes titular da 8ª Vara Criminal que a partir de agora assumiu as funções de juíza auxiliar da seleta e feminina equipe da Desembargadora Nelma Sarney, Corregedora-Geral da Justiça eleita para o biênio 2014-2015, trata-se de um desafio na carreira da competente magistrada que é também professora da Universidade Federal do Maranhão – UFMA.

MAGISTRADO

TAMBÉM merecedor de cumprimentos e saudações o Desembargador Marcelino Chaves Everton que acaba de ser agraciado com o Diploma e a Medalha do Mérito Judiciário Antônio Rodrigues Velloso, a mais comenda do judiciário maranhense. Em tempo: a posse oficial do Desembargadorjá havia ocorrido no dia 16 de outubro passado, quando o magistrado teve acesso ao cargo pelo o critério de antiguidade.

SAUDAÇÕES

NO CONTEXTO: coube ao Corregedor-Geral da Justiça, Desembargador Cleones Cunha, fazer o discurso de saudação ao Desembargador Marcelino Everton, mais um membro notável que chega para a Corte. Dr. Cleones lembrou os 200 Anos do TJMA e do papel da justiça que precisa ser real, devendo estar presente na vida diária do cidadão.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

CLIENTES DE CONSTRUTORA

Clientes da construtora Franere que ingressaram com ações nos juizados especiais cíveis de São Luís, participam hoje de mutirão, no Centro de Solução de Conflitos, que funciona no Fórum Desembargador Sarney Costa (Calhau). Os processos incluídos na pauta são aqueles com maior possibilidade de acordo. As audiências acontecem das 8 às 17 horas. Sessões de conciliação podem ser agendadas pelo Telejudiciário (0800 707 1581).

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

CODÓ

Acusado de homicídio é condenado pela Justiça

Em júri promovido pela 1ª Vara da Comarca de Codó, o réu Francisco dos Santos, o "Thesco", como é conhecido, foi condenado a um ano e seis meses de reclusão. Francisco responde pela acusação de homicídio qualificado contra Francisco Rodrigues de Jesus Nascimento, crime ocorrido no dia 9 de junho de 2006, por volta das 22h30. Presidiu o julgamento o juiz Rogério Tognon Rondon, titular da Vara.

De acordo com o processo, o homicídio se deu durante um festejo realizado no bairro do São Francisco, em Codó, quando o acusado teria atingido a vítima com um tiro de revólver calibre38.

Em plenário, o Ministério Público pediu afastamento das qualificadoras e pugnou pela condenação pelo crime de homicídio simples na forma tentada. Sustentando a tese de legítima defesa, a defesa do réu requereu a desclassificação do crime para lesão corporal ou tentativa de homicídio simples. Por maioria dos votos o Conselho de Sentença desclassificou o crime para lesão corporal.

SÉRIE

O júri integrou a série de julgamentos cujo início se deu no dia 12 de novembro, quando o acusado José Francisco Pereira da Silva foi absolvido da acusação de homicídio contra a esposa, Francisca Bastos da Silva. O crime se deu no dia 21 de agosto de 1997. No segundo julgamento da série, no último dia 20, Roberto Borba Guimarães, o "Zoinho", e Osmarina da Silva Costa, a "Silvana", foram condenados a 14 anosde reclusão, em regime inicialmente fechado, pela acusação de homicídio duplamente qualificado.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO MARANHÃO
TERMO JUDICIÁRIO DA COMARCA DA ILHA DE DE SÃO LUÍS
JUÍZO DA 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

EDITAL DE DESAPROPRIAÇÃO

A JUÍZA CLEONICE CONCEIÇÃO DO NASCIMENTO TITULAR DA 8ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL E MUNICIPAL DA COMARCA DE SÃO LUÍS, RESPONDENDO PELA 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA, NA FORMA DA LEI.

AÇÃO DE DESAPROPRIAÇÃO – PROC. N.º 40878/2013
EXPROPRIANTE: ESTADO DO MARANHÃO
EXPROPRIADO: CONSTRUTORA ALCANTARA LTDA

FINALIDADE: Tornar pública a desapropriação do imóvel localizado à Rua Projetada, s/n, Vila Colibri, Recanto dos Vinhais, nesta cidade, por ser declarado de utilidade pública, por meio do Decreto nº 27.416/2011, devidamente publicado em 25 de maio de 2011, para fins de expansão da malha viária estadual, acrescida pela rodovia MA 207 EMA 0010(via Expressa).

ADVERTÊNCIA: O presente edital será publicado no Diário Oficial da Justiça e fixado na sede deste Juízo e publicado em jornal de grande circulação por 10(dez) dias.

SEDE DO JUÍZO: Fórum Des. Sarney Costa, situado na Avenida Professor Carlos Cunha, s/n.º - Calhau, fone: 3194-5423

Dado e passado o presente edital, nesta cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, aos **19 (dezenove)** dias do mês de **novembro** do ano dois mil e treze (2013). Eu, _____ (Belª Isabel Cristina Ribeiro de Oliveira Fialho), Secretária Judicial, o digitei e subscrevi.

Cleonice Conceição do Nascimento
Juíza Titular da 8ª Vara da Fazenda Pública, respondendo pela 2ª Vara da Fazenda Pública

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

FIM DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Governo lança Campanha dos 16 Dias de Ativismo

Com foco no fortalecimento da campanha "Compromisso e Atitude pela Lei Maria da Penha - Violência não tem desculpa. Tem Lei. Denuncie!", foi lançada, ontem, na sede da Secretaria de Estado da Mulher, a campanha "16 Dias de Ativismo pelo fim da Violência Contra a Mulher".

O evento contou com a presença dos membros da Câmara Técnica Estadual de Gestão e Monitoramento das Ações do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, entre eles o defensor geral do Estado, Aldy Mello de Araújo Filho; a delegada geral da Polícia Civil, Maria Teresa Cristina Resende; o juiz da Vara Especial de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Nelson Moraes Rêgo; a promotora de Justiça de Defesa da Mulher, Selma Regina Souza Martins; e a delegada da Mulher, Kazumi Tanaka, além das gestoras municipais de políticas públicas para as mulheres, entre outros grupos.

A secretária da Mulher, Catharina Bacelar, ressaltou a importância da campanha e falou das ações realizadas pelo Governo do Estado para coibir a violência de gênero. "Estamos cada vez mais aparelhados no combate à violência de gênero, com o funcionamento do sistema informatizado da Rede de Atendimento à Mulher em Situação de Violência, com a instalação da Casa da Mulher Brasileira, com as Unidades Móveis Rurais para atender as mulheres da zona rural de todo o Maranhão".

Os demais integrantes da Rede de Atendimento a Mulher, como é o caso da Promotora de Justiça de Defesa da Mulher, Selma Regina Souza Martins, que falou da forma como vem sendo conduzido o atendimento à mulher vítima de violência. O juiz da Vara Especial de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Nelson Moraes Rêgo frisou a forma como vem sendo conduzida o atendimento às mulheres vítimas de violência.

A delegada Maria Teresa Cristina Resende descreveu a parceria entra a Semu e a SSP. "Somos parceiros em várias ações e o bom é que o resultado vem dando certo, dentre eles, posso ressaltar as unidades móveis do campo e das águas", diz.

Já Aldy Mello Filho, destacou a importância do programa "Mulher, Viver sem violência", que tem como finalidade potencializar a atuação do poder público no atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Áreas vizinhas ao aeroporto terão de ser limpas

A Justiça Federal deu 180 dias para a Prefeitura limpar as áreas vizinhas ao aeroporto. A decisão também atinge o Estado e a Infraero. **Cidades 2**

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Prefeitura tem 180 dias para fazer a remoção de lixo das proximidades do aeroporto

Determinação é da Justiça Federal, que deu 30 dias à Infraero para tomar medidas semelhantes e definiu que o Estado também aja na recuperação da área circunvizinha

Biaman Prado

Aterro da Ribeira concentra grande quantidade de aves, o que causa perigo para o aeroporto, que fica nas proximidades

Reunião

Em reunião realizada na manhã de ontem, entre representantes da Procuradoria Geral do Município (PGM), secretarias municipais de Obras e Serviços Públicos (Semosp) e Meio Ambiente (Semmam), empresa São Luís Engenharia Ambiental (SLEA) e Ministério Público (MP), foi definida a realização da auditoria ambiental do Aterro da Ribeira. A empresa concessionária analisará os custos do processo de auditoria e informará ao Município e MP para que, então, seja fechado o acordo.

A auditoria já havia sido solicitada pelo Ministério Público Estadual, em ação civil pública datada de abril de 1997. Na Ação Civil Pública, foram feitos quatro pedidos ao Município, entre eles a realização de auditoria ambiental como condição para a expedição de nova Licença de Operação e o atendimento à Resolução nº 04/1995 do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama), com a adaptação do aterro de forma a "minimizar os impactos ambientais já causados e os efeitos atrativos de pássaros". O MP obteve primeira liminar favorável, mas ela foi suspensa pela presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (TJ). Desde então, o aterro passou a ser operado por força de liminar. A ação foi julgada procedente em 29 de maio de 2008 e na sentença foi determinada a realização da auditoria ambiental.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

ÁREAS VIZINHAS AO AEROPORTO TERÃO DE SER LIMPAS

A Justiça Federal deu prazo de 180 dias para que o Município de São Luís adote medidas para remoção de lixo, recuperação e manutenção das áreas vizinhas ao Aeroporto Marechal Hugo da Cunha Machado, em São Luís. Além da Prefeitura, a decisão obriga o Estado e a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero) a adotar tais medidas, com outros prazos. Após investigação, o Ministério Público Federal (MPF) constatou que a existência de depósitos irregulares de lixo, granjas e matadouros, no entorno do aeroporto, multiplica os pontos atrativos de pássaros, comprometendo a segurança das operações aéreas.

A liminar expedida pelo juiz federal Ricardo Felipe Rodrigues Macieira, da 8ª vara da Justiça Federal do Maranhão, é fruto de ação civil pública movida pelo MPF, em março deste ano. O objetivo da ação é reduzir o risco de acidentes aéreos ocasionados por colisão entre aves e aviões que circulam nos arredores do aeroporto de São Luís. Na decisão, o juiz federal Ricardo Felipe Rodrigues Macieira cita a Lei 12.725/2012, que estabelece restrições às atividades capazes de embaraçar operações de aeronaves, no perímetro da Área de Segurança Aeroportuária (ASA).

A liminar foi expedida em junho deste ano e acolhe os pedidos do MPF, determinando: que o Município de São Luís remova os resíduos sólidos dos arredores do aeroporto, impeça a continuidade do uso desses espaços como depósitos de lixo (apresentando plano de gerenciamento de resíduos) e discipline a ocupação dessas áreas; que o Estado do Maranhão fiscalize os empreendimentos situados ao redor da ASA, evitando o lançamento de resíduos e efluentes em desconformidade com parâmetros ambientais; que a Infraero elimine os depósitos irregulares de lixo dentro da área de sua propriedade e recupere os danos identificados no muro do aeroporto.

Risco - O MPF apurou que o depósito de resíduos sólidos pelos moradores das comunidades vizinhas, a insuficiência da atuação municipal e a presença do Mercado do Peixe e de um frigorífico, localizado dentro da ASA, se apresentam como grandes atrativos de urubus, colocando em risco as operações de pouso e decolagem das aeronaves. Somente este ano, já ocorreram 23 incidentes do tipo. Número superior ao total de ocorrências do ano passado, 18 casos.

Por isso, em sua decisão, a 8ª Vara da Justiça Federal do Maranhão estipulou um prazo de 30 dias para a Infraero, para que cumpra a decisão judicial. Não foi estabelecido prazo para o Estado. A pena em caso de descumprimento é multa diária de R$ 50 mil, o que não impede a adoção de outras medidas necessárias para garantir o cumprimento da decisão judicial.

Auditoria ambiental - O Ministério Público Estadual (MP) também move ação contra o Município por causa dos riscos causados pelo Aterro da Ribeira. Na terça-feira, dia 12, o juiz Manoel Matos de Araujo Chaves, que está respondendo pela Vara de Interesses Difusos, estipulou um prazo de 10 dias para que a Prefeitura de São Luís encaminhasse à Justiça documentos administrativos que comprovem o cumprimento da sentença proferida em maio de 2008 que determinava a realização de auditoria ambiental no Aterro Sanitário da Ribeira.

O prazo foi encerrado na sexta-feira, dia 22, e não foi cumprido pelo Município, que está sujeito a multa diária de R$ 50 mil pelo descumprimento da sentença. A Procuradoria Geral do Município (PGM) informou que não foi notificada oficialmente sobre o assunto. A decisão da Vara de Interesses Difusos é referente a uma Ação Civil Pública movida pelo MPE desde abril de 1997. Ontem, representantes do Município e do MP se reuniram para discutir o assunto. O ministério deve divulgar, ainda esta semana, um balanço da discussão e que acordos foram firmados.

Procurada por **O Estado**, a Procuradoria Geral do Município (PGM) informou, em nota que, até o momento, não foi notificada oficialmente da decisão da Justiça Federal. Ainda assim, o Município se coloca à disposição para realizar ação conjunta para limpeza da área interna do terreno da Infraero, onde há descarte irregular de lixo. A Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos (Semosp) informou que faz diariamente ações de coleta e limpeza da área externa dos arredores do muro da Infraero, conforme competência da Prefeitura de zelar pela limpeza dos ambientes abertos e públicos.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Os novos juízes titulares da Turma Recursal de Imperatriz foram empossados no cargo na última quinta-feira (21), pelo corregedor-geral da Justiça, Cleones Cunha. A solenidade ocorreu no auditório do Fórum Henrique de La Roque, com a presença do juiz diretor do fórum, Adolfo Pires, do presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão, juiz Gervásio dos Santos, e de magistrados das comarcas de Imperatriz e Açailândia. Foram empossados os juízes: Ana Paula Silva, titular do 2º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo, que será presidente da Turma Recursal; Marcos Antonio Oliveira, titular do 1º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo; e Manuella Viana dos Santos, titular do Juizado Especial Cível e Criminal de Açailândia.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

123 crianças e adolescentes estão aguardando adoção em São Luís

Atualmente, 40 famílias da capital estão interessadas e habilitadas para adotar uma criança, segundo o Conselho Nacional de Justiça

Dados da 1ª Vara da Infância e do Adolescente de São Luís mostram que, somente na capital maranhense, 123 crianças distribuídas em oito espaços de acolhimento, estão institucionalizadas e aguardam adoção. Segundo o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), com base nas informações cadastrais do banco de dados do Poder Judiciário, 40 famílias em São Luís estão interessadas e habilitadas a adotar uma criança.

Ainda de acordo com a Justiça, a maioria dos jovens recolhidos às casas de acolhimento em São Luís foi abandonada pelas famílias ou sofreu violência física e psicológica. Cada criança que aguarda adoção, de acordo com o CNJ, deve ter a situação jurídica regularizada em até dois anos. Caso esse prazo não seja cumprido, poderá permanecer no local de acolhimento ou mesmo retornar à família de origem. O perfil de criança mais procurado por casais em São Luís é de recém-nascidos, até 1 ano e do sexo feminino.

Para adotar uma criança, é necessário primeiramente que o adotante procure a sede da 1ª Vara da Infância, situada no Centro (ao lado do Liceu Maranhense), e efetuar o Cadastro de Pretendentes para Adoção. Em seguida, o interessado deverá indicar o perfil da criança (escolha do sexo, idade, o tipo físico e as condições de saúde). O passo seguinte do adotante é se submeter a uma entrevista, feita por um profissional do juizado, habilitado em psicologia.

Passos

- **Escolher** o perfil da criança
- **Passar** por uma entrevista
- **Conseguir** o certificado de habilitação
- **Entrar** na fila de adoção
- **Aguardar** a criança

Com base nas informações contidas no Cadastro de Pretendentes e do laudo do psicólogo, é importante que o adotante consiga o Certificado de Habilitação para Adotar (válido por dois anos). Após a aquisição do documento, o interessado passará por um curso preparatório para adoção, com duração de seis meses. Terminado esse prazo, a inscrição do casal ficará disponível no Cadastro Nacional de Adoção (CNA) do CNJ.

Segundo a Justiça, para estar habilitado a solicitar a adoção de uma criança, é necessário apenas ter no mínimo 21 anos, renda e moradia fixas e não ter processos criminais em tramitação. Pessoas com união homoafetiva podem solicitar a adoção de uma criança.

Números

6
meses é o tempo mínimo de espera para uma adoção em São Luís

40
famílias em São Luís estão interessadas e habilitadas a adotar uma criança

8
espaços de acolhimento na capital maranhense abrigam crianças que aguardam adoção

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Lançada campanha pelo fim da violência contra as mulheres

Evento, que ocorreu na Secretaria de Estado da Mulher, acontecerá até dia 10 de dezembro

Com foco no fortalecimento da campanha *Compromisso e Atitude pela Lei Maria da Penha - Violência não tem desculpa. Tem Lei. Denuncie!*, foi lançada, ontem, na sede da Secretaria de Estado da Mulher, a campanha *16 Dias de Ativismo pelo fim da Violência Contra a Mulher.*

O evento contou com a presença dos membros da Câmara Técnica Estadual de Gestão e Monitoramento das Ações do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, entre eles o defensor-geral do Estado, Aldy Mello de Araújo Filho; a delegada-geral da Polícia Civil, Maria Teresa Cristina Resende; o juiz da Vara Especial de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Nelson Moraes Rêgo; a promotora de Justiça de Defesa da Mulher, Selma Regina Souza Martins, e a delegada da Mulher, Kazumi Tanaka, além das gestoras municipais de políticas públicas para as mulheres, entre outros grupos.

Importância - A secretária da Mulher, Catharina Bacelar, ressaltou a importância da campanha e falou das ações realizadas pelo Governo do Estado para coibir a violência de gênero.

"Estamos cada vez mais aparelhados no combate à violência de gênero, com o funcionamento do sistema informatizado da Rede de Atendimento à Mulher em Situação de Violência, com a instalação da Casa da Mulher Brasileira, com as Unidades Móveis Rurais para atender as mulheres da zona rural de todo o Maranhão", afirmou.

A promotora de Justiça de Defesa da Mulher, Selma Regina Souza Martins, destacou a forma como vem sendo conduzido o atendimento à mulher vítima de violência.

Já o juiz da Vara Especial de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Nelson Moraes Rêgo explicou sobgre a maneira como vem sendo conduzido o atendimento às mulheres vítimas de violência.

Por sua vez, a delegada Maria Teresa Cristina Resende descreveu a parceria entra a Semu e a SSP. "Somos parceiros em várias ações e o bom é que o resultado vem dando certo, dentre eles, posso ressaltar as unidades móveis do campo e das águas", diz.

Mais

A programação da campanha, no Maranhão, tem ação prevista até 10 de dezembro (Dia Internacional dos Direitos Humanos), com a realização de atividades nos municípios com participação de organismos municipais (secretarias, coordenadorias, departamentos de mulheres e movimentos organizados).

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

CODÓ

Acusado de homicídio é condenado a 1 e 06 meses de reclusão

Em júri promovido pela 1ª vara da Comarca de Codó na sexta-feira (22), o réu Francisco dos Santos, o "Thesco", como é conhecido, foi condenado a um ano e seis meses de reclusão. Francisco respondeu pela acusação de homicídio qualificado contra Francisco Rodrigues de Jesus Nascimento, crime ocorrido no dia 09 de junho de 2006, por volta das 22h30. Presidiu o julgamento o juiz Rogério Tognon Rondon, titular da Vara.

De acordo com o processo, o homicídio se deu durante um festejo realizado no bairro do São Francisco, em Codó, quando o acusado teria atingido a vítima com um tiro de revólver calibre 38.

Em plenário, o Ministério Público pediu afastamento das qualificadoras e pugnou pela condenação pelo crime de homicídio simples na forma tentada. Sustentando a tese de legítima defesa, a defesa do réu requereu a desclassificação do crime para lesão corporal ou tentativa de homicídio simples.

Por maioria dos votos o Conselho de Sentença desclassificou o crime para lesão corporal.

SÉRIE - O júri integrou a série de julgamentos cujo início se deu no dia 12 de novembro, quando o acusado José Francisco Pereira da Silva foi absolvido da acusação de homicídio contra a esposa, Francisca Bastos da Silva. O crime se deu no dia 21 de agosto de 1997.

No segundo julgamento da série, no último dia 20, Roberto Borba Guimarães, conhecido como "Zoinho", e Osmarina da Silva Costa, conhecida como "Silvana", foram condenados a 14 anos de reclusão, em regime inicialmente fechado, pela acusação de homicídio duplamente qualificado que teve como vítima Jociel Pereira da Silva, o Ciel, como é conhecido. O homicídio ocorreu no dia 25 de dezembro de 2010.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

ATIVISMO

Campanha pelo fim da violência

Com foco no fortalecimento da campanha "Compromisso e Atitude pela Lei Maria da Penha - Violência não tem desculpa. Tem Lei. Denuncie!", foi lançada, ontem, na sede da Secretaria de Estado da Mulher, a campanha "16 Dias de Ativismo pelo fim da Violência Contra a Mulher".

O evento contou com a presença dos membros da Câmara Técnica Estadual de Gestão e Monitoramento das Ações do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, entre eles o defensor geral do Estado, Aldy Mello de Araújo Filho; a delegada geral da Polícia Civil, Maria Teresa Cristina Resende; o juiz da Vara Especial de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Nelson Moraes Rêgo; a promotora de Justiça de Defesa da Mulher, Selma Regina Souza Martins; e a delegada da Mulher, Kazumi Tanaka, além das gestoras municipais de políticas públicas para as mulheres, entre outros grupos.

A secretária da Mulher, Catharina Bacelar, ressaltou a importância da campanha e falou das ações realizadas pelo Governo do Estado para coibir a violência de gênero. "Estamos cada vez mais aparelhados no combate à violência de gênero, com o funcionamento do sistema informatizado da Rede de Atendimento à Mulher em Situação de Violência, com a instalação da Casa da Mulher Brasileira, com as Unidades Móveis Rurais para atender as mulheres da zona rural de todo o Maranhão".

Os demais integrantes da Rede de Atendimento a Mulher, como é o caso da Promotora de Justiça de Defesa da Mulher, Selma Regina Souza Martins, que falou da forma como vem sendo conduzido o atendimento à mulher vítima de violência. O juiz da Vara Especial de Combate à *Violência Doméstica e Familiar* contra a Mulher, Nelson Moraes Rêgo, frisou a forma como vem sendo conduzida o atendimento às mulheres vítimas de violência.

A delegada Maria Teresa Cristina Resende descreveu a parceria entra a Semu e a SSP. "Somos parceiros em várias ações e o bom é que o resultado vem dando certo, dentre eles, posso ressaltar as unidades móveis do campo e das águas", diz.

Já Aldy Mello Filho, destacou a importância do programa "Mulher, Viver sem violência", que tem como finalidade potencializar a atuação do poder público no atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar.

A programação da campanha, no Maranhão, tem ação prevista até 10 de dezembro (Dia Internacional dos Direitos Humanos), com a realização de atividades nos municípios com participação de organismos municipais (secretarias, coordenadorias, departamentos de mulheres e movimentos organizados).

> **Somos parceiros em várias ações e o bom é que o resultado vem dando certo. Dentre eles, posso ressaltar as unidades móveis do campo e das águas**
>
> ***Maria Teresa Cristina Resende***, delegada

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Na AL

DPE discute proposta orçamentária para 2014

O defensor geral do Estado, Aldy Mello Filho, a subdefensora geral, Mariana Albano de Almeida, e a corregedora geral da DPE/MA, Fabíola Almeida Barros, participaram de reunião da Comissão de Orçamento e Finanças, Fiscalização e Controle da Assembleia Legislativa do Maranhão, ocorrida na última semana, na sala das comissões, voltada para discutir a proposta orçamentária do Estado para o exercício de 2014. Também participaram da reunião representantes do Ministério Público Estadual e líderes do Sindicato dos Trabalhadores da Educação.

O defensor geral do Estado, Aldy Mello de Araújo Filho, reivindicou mais recursos para a Defensoria em 2014, considerando a necessidade de aumentar o número de defensores públicos no estado e municípios atendidos pela instituição. "Apesar dos avanços nos últimos três anos, o Maranhão é ainda um dos seis estados com o menor número de comarcas atendidas pela Defensoria Pública. Proporcionalmente, o nosso quadro de profissionais é três vezes menor do que o do Ministério Público e o do Poder Judiciário. Temos 52 aprovados no concurso público realizado em 2011 à espera de nomeação. Precisamos de recursos para nomear mais defensores e para pagar as despesas de manutenção e estruturação de novas unidades da Defensoria", destacou.

Já o promotor de Justiça Luís Gonzaga, que representou o Ministério Público estadual (MPE), reivindicou mais investimentos estruturais e apresentou um projeto-base para construção e reforma das sedes do MP. Segundo ele, muitas promotorias estão sem condições adequadas de funcionamento.

O deputado Alexandre Almeida, presidente da comissão e autor do convite aos representantes dos órgãos do sistema de Justiça para discutir o orçamento dos órgãos para 2014, solicitou que as reivindicações fossem formuladas formalmente para que a comissão possa discutir o assunto e apresentar uma resposta. "Vamos intermediar um diálogo com o Poder Executivo para que as demandas da Defensoria e do Ministério Público possam ser atendidas", afirmou, destacando a decisão do governo estadual de aumentar os orçamentos da Educação em R$ 70 milhões e da Segurança Pública em R$ 30 milhões.

Também participaram das discussões as deputadas Eliziane Gama (PPS) e Francisca Primo (PT).

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

« Apesar dos avanços nos últimos três anos, o Maranhão é ainda um dos seis estados com o menor número de comarcas atendidas pela Defensoria Pública. Proporcionalmente, o nosso quadro de profissionais é três vezes menor do que o do Ministério Público e o do Poder Judiciário. Temos 52 aprovados no concurso público realizado em 2011 à espera de nomeação. Precisamos de recursos para nomear mais defensores e para pagar as despesas de manutenção e estruturação de novas unidades da Defensoria", destacou o Defensor Público Geral, Aldy Mello Filho.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
5ª VARA CIVEL DA COMARCA DE SAO LUIS-MA.

EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 30 DIAS

REG. DISTRIBUIÇÃO Nº. 20302-77.2012.8.10.0001
DENOMINAÇÃO:Processo Cível e do Trabalho | Processo Cautelar | Interpelação
DATA DO AJUIZAMENTO: 22/05/2012 10:24:02
PARTE(S) REQUERENTE(S): BERG ENGENHARIA LTDA
PARTE(S) REQUERIDA(S): ANTONIO CARLOS CORREIA DA CONCEIÇÃO CASTRO

O(A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Alice de Sousa Rocha, Juiz(a) de Direito da 5ª Vara Civel da Comarca de Sao Luis , Estado do Maranhão.

FINALIDADE

FAZ SABER a todos quantos o presente Edital, virem ou dele conhecimento tiverem, que fica(m) **CITADO** a(s) parte(s) requerida(s), **ANTONIO CARLOS CORREIA DA CONCEIÇÃO CASTRO,** atualmente em lugar incerto e não sabido, para, no prazo de 15 (quinze) dias efetuar o pagamento do débito apontado, seja este o de R$ 52.085,19 (cinquenta e dois mil e oitenta e cinco reais e dezenove centavos), monetariamente corrigido e acrescido de juros legais, ou apresentar motivo da recusa, sob pena de ser constituído em mora, com posterior rescisão do contrato de compromisso de compra e venda da unidade imobiliária. E para que chegue ao seu conhecimento e não possa alegar ignorância no futuro, expediu-se o presente **EDITAL**, que será fixado no lugar de costume, nos termos da petição inicial e despacho prolatado nos autos da Ação em epígrafe.
O que se **CUMPRA** nos termos e na forma da Lei. Dado e passado o presente nesta Secretaria Judicial a meu cargo, nesta cidade de São Luís, Estado do Maranhão, aos três dias do mes de outubro do ano de dois mil e treze.

DRª. ALICE DE SOUSA ROCHA
Juíza de Direito Titular da 5ª Vara Cível

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Clientes de construtora participam de mutirão de conciliação nesta terça-feira

Clientes da construtora Franere que ingressaram com ações nos juizados especiais cíveis de São Luís, participam nesta terça-feira (26) de mutirão, no Centro de Solução de Conflitos, que funciona no Fórum Desembargador Sarney Costa (Calhau). Os processos incluídos na pauta são aqueles com maior possibilidade de acordo. As audiências acontecem das 8h às 17h. Sessões de conciliação podem ser agendadas pelo Telejudiciário (0800-707-1581).

Segundo o coordenador do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos, juiz Alexandre Abreu, o projeto de conciliação, que teve início com o estímulo do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), com as semanas nacionais de conciliação, revela a eficácia dessa modalidade de solução de conflitos. O magistrado explicou que se antes era somente o Poder Judiciário que buscava essa via de entendimento, hoje são os próprios demandantes que buscam, com o apoio do Judiciário, a mais breve solução do conflito pela via consensual.

Durante o mutirão, a Franere vai propor acordo com os clientes interessados em negociar dívidas e resolver as pendências judiciais da construtora. Serão colocados em pauta 23 processos relativos à revisão de contratos de compra e venda, atraso na entrega de obras, devolução de comissão de corretagem e vícios de construção.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação